



ACREVITA
ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA EXTRATIVISTA DA VILA TAUIRY
CNPJ: 12.835.568/0001-01

NOTA DE REPÚDIO

Comunidade Ribeirinha Extrativista da Vila Tauiry, 26 de maio de 2025.

Destinatários:

Ministério Público Federal (MPF)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA),
Comitê Gestor COP-30
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio)
Governo do Estado do Pará
Governo Federal
Sociedade Brasileira.

Assunto: Liberação da Licença de Instalação para a obra de derrocamento do Pedral do Lourenço, no rio Tocantins, estado do Pará.

Nós, comunidades ribeirinhas extrativistas que habitamos ancestralmente o território do Pedral do Lourenço, viemos a público expressar nosso profundo repúdio à concessão da Licença de Instalação para a obra de derrocamento desse território. Projeto este que ameaça destruir não apenas formações geológicas, mas também modos de vida, saberes tradicionais, vínculos comunitários e a biodiversidade que sustenta a nossa existência.

Não faz muito tempo, testemunhamos um capítulo sombrio de nossa história: a floresta sendo rasgada pela Transamazônica, em nome de um suposto progresso, que deixou apenas um rastro de destruição, abandono e sofrimento para os povos da floresta. Agora, diante da ameaça ao Pedral do Lourenço, vemos repetir-se as velhas práticas :

projetos impostos de cima para baixo, sem escuta, sem consulta, sem respeito.

O que o governador do Pará chama desenvolvimento, vimos como mais um ciclo do velho modelo de exploração predatória da Amazônia paraense , que ignora a vida, a diversidade e a justiça, em detrimento de interesses econômicos do agronegócio. É hora de romper com esses ciclos que geram perdas irreparáveis. A Amazônia não precisa de obras que violentem seus rios e comunidades. Ela precisa de outro caminho: o da vida, da justiça climática, o da bioeconomia e do respeito aos territórios tradicionais.

O Pedral do Lourenço é parte de nós. Ele é nossa casa, nossa escola, nosso sustento e nossa história. Esse projeto compromete a integridade ambiental de uma região reconhecida como Área de Proteção Ambiental (APA) do Lago de Tucuruí, instituída pela Lei n.º 6.451, de 8 de abril de 2002, e coloca em risco comunidades tradicionais que ainda hoje aguardam reparações nunca efetivadas pelos impactos sociais e ambientais da hidrelétrica de Tucuruí.

Alertamos que a licença foi concedida ignorando o não cumprimento de 49 condicionantes previstas na Licença Prévia, o que, por si só, deveria inviabilizar a continuidade da obra. Em 12 de dezembro de 2024, representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), sem o devido consentimento, entraram no ginásio da Comunidade Tauiry, acompanhados de políticos de fora e outras figuras externas às nossas comunidades, para propor uma “compensação” simbólica e insuficiente. Isso é inaceitável.

Reunidos em 16 de dezembro de 2024, reafirmamos nosso repúdio a essa tentativa de calar nossas vozes. Muitas de nossas famílias seguem invisibilizadas pelo sistema, sem acesso à água potável, à educação digna e à saúde de qualidade. Alertamos que as 23 comunidades da área serão duramente impactadas.

Exigimos que seja garantida a realização da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), conforme determina a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil. Não reconhecemos como legítimos os estudos e diagnósticos feitos sem a participação plena de nossas comunidades. Tampouco aceitamos como válida a proposta de “compensação” apresentada pelo DNIT.

O que está em jogo é a nossa existência. Como parte viva da sociobiodiversidade amazônica, reivindicamos o direito de decidir sobre os usos do rio, da terra e da floresta — elementos fundamentais para nossa sobrevivência e para o equilíbrio climático do planeta.

A fragmentação do processo de licenciamento ambiental em etapas separadas, para viabilizar a construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia, é uma estratégia inaceitável.

Esse modelo de desenvolvimento não nos representa. Ele mata nossos mundos para construir outros distantes — e desiguais.

Nosso apelo é pelo cancelamento imediato da Licença de Instalação. Conclamamos todas as autoridades e a sociedade brasileira a se posicionarem ao nosso lado, pela vida, pela justiça socioambiental e pela integridade da Amazônia.

Assinam:

COMUNIDADES RIBEIRINHAS EXTRATIVISTAS NO TERRITÓRIO PEDRAL DO LOURENÇÃO:

Comunidade Ribeirinha Extrativista da Vila Tauiry
Comunidade Ribeirinha Extrativista Santo Antonino
Comunidades Ribeirinhas Extrativistas e Pequenos Agricultores Familiares da Vila Saúde
Comunidade Ribeirinha Extrativista PA Água da Saúde
Comunidade Ribeirinha Extrativista Km 95
Comunidade Ribeirinha Extrativista Km 100
Comunidade Ribeirinha Extrativista Pimenteira
Comunidade Ribeirinha Extrativista Valentim
Comunidade Ribeirinha Extrativista São Jorge do Goga
Comunidade Ribeirinha Extrativista São José do Arapari
Comunidade Ribeirinha Extrativista Jatobal
Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Porto Novo
Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Santa Rosa
Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Santa Clara
Comunidade Ribeirinha Extrativista Altamira Sete
Comunidade Ribeirinha Extrativista Urubu
Comunidade Ribeirinha Extrativista Coqueiro
Comunidade Ribeirinha Extrativista Jatobá Ferrado
Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Calango Assado
Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Limão
Comunidade Ribeirinha Extrativista Volta Redonda
Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Belém
Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Praia Alta



Ronaldo Barros Macena
Presidente da ACREVITA